

HABEAS CORPUS Nº 549.291 - MG (2019/0360062-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOCELIA SOARES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOCELIA SOARES DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Agravo em Execução n. 1.0024.13.087027-2/005).

Consta dos autos que a paciente, que vinha cumprindo pena de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão pelo delito de tráfico de entorpecentes, fugiu da unidade prisional aos 3/10/2017 e foi recapturada apenas aos 13/1/2019, quando foi reconhecido o cometimento de falta grave.

Formulado pedido de indulto, aos 23 de junho deste ano, com base no artigo 1º, inciso II, do Decreto n. 9.246/2017, o Juízo das Execuções indeferiu a medida alegando o não preenchimento do requisito objetivo previsto na norma.

Inconformada, a Defensoria Pública interpôs agravo em execução perante a Corte estadual, ao que foi negado provimento, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 73):

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO - EXECUÇÃO DE CONDENAÇÕES POR CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS - INDULTO - INVIABILIDADE - REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS. Não preenchidos os requisitos elencados pelo Decreto Presidencial n. 9.246/2017, é inviável a concessão do indulto.

Alega a Primeira Vara Criminal que é incabível a concessão do indulto se não for cumprido 2/3 (dois terços) da pena, e não a integralidade, no caso de concurso de crimes com infração prevista no arts. 3º do referido Decreto, conforme pontuou o magistrado (e-STJ fl. 75).

Aduz, ademais, que o requisito objetivo também não se faz presente pois praticada transgressão grave nos meses anteriores ao ato presidencial. E, conforme entendimento jurisprudencial desta Corte Superior, a fuga configura falta grave de caráter permanente, em razão de o ato de indisciplina perdurar até a devida recaptura, ressaltando que eventual demora na apuração se deu por culpa exclusiva da paciente, que se encontrava foragida (e-STJ fl. 76/77).

Nesta presente impetração, a Defensoria Pública, por sua vez, argumenta que, ao interpretar o art. 4º do Decreto, verifica-se que estão presentes todos os requisitos para a concessão. A suposta transgressão disciplinar, que durou de 31/7/2017 a 15/5/2018, não foi concluída no prazo de 30 dias da edição da norma, tal como prevê expressamente o referido artigo (e-STJ fl. 5).

Esclarece que somente faltas sancionadas nos doze meses anteriores à edição do Decreto podem constituir óbice às benesses (e-STJ fl. 5).

Registra, por fim, que a paciente também é primária e já cumpriu mais de 1/3 (um terço) da pena privativa de liberdade até 25/12/2017, mesmo não considerando o período de prisão domiciliar, conforme exigido pelo art. 1º do Decreto (e-STJ fl. 5).

Assim, pede, em liminar, a concessão da ordem para suspender os efeitos do acórdão, até o julgamento final; e, no mérito, a concessão da ordem para modificar a decisão do Tribunal estadual, a fim de que seja concedido o benefício do indulto previsto no Decreto n. 9.246/2017.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial

Superior Tribunal de Justiça

que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator